

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1749073 - PR (2018/0149540-5)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**

**AGRAVANTE : FAZENDA NACIONAL**

**AGRAVADO : ASSOCIACAO SAN JULIAN, AMIGOS E COLABORADORES**

**ADVOGADOS : FERNANDA ANDREAZZA - PR022749**

**INAIÁ NOGUEIRA QUEIROZ BOTELHO - PR031840**

## **EMENTA**

**TRIBUTÁRIO. IMUNIDADE. ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. REQUISITOS LEGAIS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE.**

1. Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC (Enunciado n. 3 do Plenário do STJ).

2. O Tribunal Regional, com base nos fatos e provas dos autos, concluiu terem sido cumpridos todos os requisitos legais ao reconhecimento do caráter beneficente e sem fins lucrativos da entidade, consignando, ainda, que não foram produzidas provas pela Fazenda Nacional com o intuito de comprovar o descumprimento dos pressupostos legais atinentes à concessão da imunidade, de modo que a inversão do julgado demandaria necessariamente o revolvimento do mesmo conjunto fático-probatório, o que é vedado na instância especial ante o óbice da Súmula 7 do STJ.

3. Agravo interno desprovido.

## **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina e Regina Helena Costa votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 18 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Gurgel de Faria  
Relator